



Publicado 19.06.2009

Processos aumentam nos Tribunais de Trabalho

O impacto da crise económica nos Tribunais de Trabalho e de Comércio, de Lisboa e do Porto, traduziu-se num aumento de processos entre os 15 e os 25 por cento, revelou hoje o secretário de Estado da Justiça, Conde Rodrigues.

O secretário de Estado falava aos jornalistas no final de uma reunião no Ministério da Justiça com responsáveis do Tribunal do Comércio de Lisboa, Tribunal do Trabalho de Lisboa, Conselho Superior da Magistratura (CSM), Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) e Ordem dos Advogados para analisar a situação destes tribunais e o reflexo da crise económica.

Para enfrentar as situações específicas dos Tribunais de Trabalho e de Comércio de Lisboa, que disse serem diferentes do resto do país, Conde Rodrigues anunciou que, até final de Agosto, haverá uma "colocação adicional" de funcionários judiciais, "procurando colmatar algumas dificuldades" sentidas nestes tribunais que lidam com insolvências e propriedade intelectual (Comércio) e litígios laborais (Trabalho)

Segundo Conde Rodrigues, quer o Governo, quer o CSM e o CSMP estão a fazer o acompanhamento da situação nestes tribunais, que justificam uma "atenção especial", lembrando que no último ano foi feito um reforço de funcionários no Tribunal de Comércio de Lisboa, que recebeu também novo equipamento informático.

O governante salientou que haverá colocação de mais funcionários, estando previsto que serão colocados mais dois em cada uma das secções. São funcionários que serão deslocados de outros serviços que serão extintos até final de Agosto.

Existe também a intenção de colocar mais um magistrado no Tribunal de Comércio de Lisboa, a par de outras medidas visando uma melhor organização do serviço.

José Conde Rodrigues mostrou-se também convicto de que a criação do Tribunal de Comércio de Lisboa Noroeste, que passa a receber os processos de Sintra, Amadora e Mafra (onde existem um milhão de pessoas e muitas empresas), o Tribunal de Lisboa fique mais desanuviado.

Também a criação do Juízo de Trabalho de Sintra, que passa a absorver os processos laborais da Amadora, poderá ter reflexos positivos na situação do Tribunal de Trabalho de Lisboa, onde os julgamentos estão a ser já agendados para 2010 e anos seguintes.

Consciente que a falta de recursos humanos se centra sobretudo nos funcionários judiciais, o Governo está a estudar a colocação de 240 vagas ainda este ano, destinada, principalmente, a preencher os funcionários que se aposentaram.

Recordou que há um ano entraram para o trabalho efectivo nos tribunais do país cerca de 300 funcionários.

Entretanto, o Tribunal de Trabalho de Lisboa tem mais de 16 mil processos pendentes, sendo uma das queixas principais o da falta de funcionários judiciais, sendo o seu número actual de 37.

No final da reunião, que durou quase duas horas, Edgar Lopes, representante do CSM, referiu que a crise económica se reflecte em vários tribunais, sobretudo naqueles que "têm uma relação directa com essa mesma crise", como é o caso dos Tribunais de Trabalho e de Comércio.

Edgar Lopes reconheceu que "não há soluções milagrosas" para as situações vividas pelos Tribunais de Trabalho e de Comércio de Lisboa, mas que compete a tem a responsabilidade da gestão dos meios humanos fazer escolhas relevantes e criteriosas para as áreas onde é preciso o reforço de pessoal.